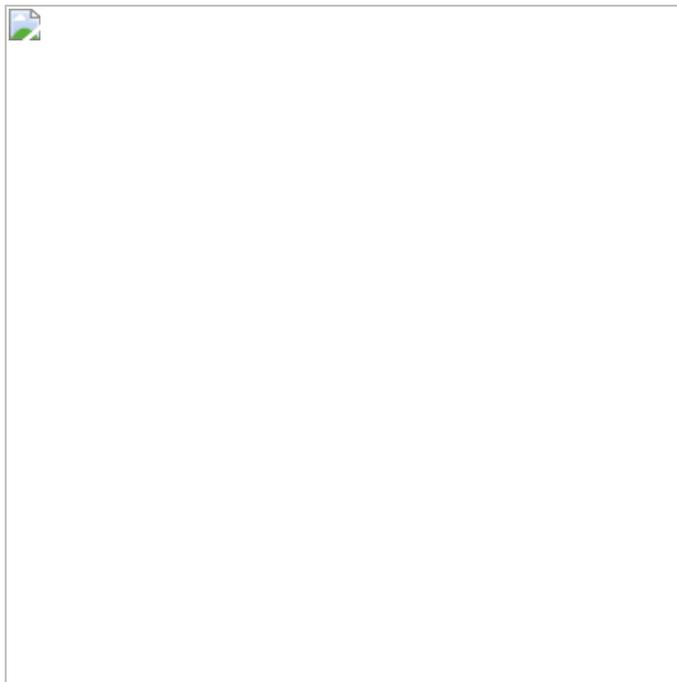


“A linguagem do Governo australiano sobre os refugiados procurava desumanizar-nos”

P publico.pt/2023/11/05/mundo/noticia/linguagem-governo-australiano-refugiados-procurava-desumanizarnos-2069086

Camilo Soldado, Adriano Miranda



Exclusivo

Direitos humanos

O escritor curdo-iraniano Behrouz Boochani passou seis anos detido ao largo da Austrália. Quis mudar o olhar do país sobre refugiados. Acabou por mudar mais a ideia que os refugiados têm de si mesmos.

Camilo Soldado (texto) e

Adriano Miranda (fotografia)

5 de Novembro de 2023, 6:47

Behrouz Boochani sente-se um homem livre. “Liberdade é os cidadãos sentirem-se seguros diante do Governo. Isso é liberdade. Isso é suficiente”, define o escritor e jornalista curdo-iraniano que passou seis anos e dois meses detido com outras centenas de migrantes na ilha de Manus, na Papuásia-Nova Guiné.

Admite que o conceito não é sequer muito idealista, mas formula-o à luz da sua experiência: de um jornalista curdo que saiu do Irão, em 2013, para evitar ser detido pelo regime e que procurou refúgio na Austrália, arriscando a travessia de barco, a partir da Indonésia. Acabou

preso pelas autoridades até 2019, em instalações que Camberra contratou com países vizinhos para manter migrantes à margem da sua costa.

A experiência — ao longo da qual se tornou umas das mais visíveis figuras da luta pelos direitos dos refugiados na Oceânia — é muito mais complexa do que um parágrafo. Produziu um documentário, trabalhou com vários jornais (entre os quais o *Guardian*) e os seus relatos sobre fome, sede, doença e pressão emocional e psicológica como ferramentas de uma tortura estrutural a que os detidos eram submetidos tornaram-se livros que se encaixam na categoria de memórias do cárcere.

Primeiro, publicou *Sozinho nas Montanhas* (Casa das Letras, 2019), que escreveu a partir do telemóvel, quando ainda estava em Manus. Depois *Freedom, Only Freedom* (2023, sem edição em português), que reúne os textos que produziu durante a detenção na ilha.

Utilizou a “escrita como acto de resistência”, um mote que serviu de tema à aula inaugural dos programas de doutoramento do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, onde esteve, no final de Outubro. Antes disso, deu uma entrevista ao PÚBLICO.

A desumanização

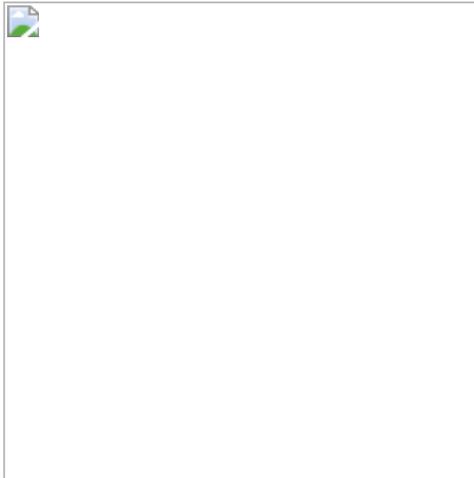
De início foi difícil encontrar forma de publicar o seu trabalho, de estabelecer pontes com o lado de fora. “Não me viam como uma pessoa normal por causa do título de ‘refugiado’”, conta o escritor de 40 anos. Esse “título” pairava sobre as centenas de pessoas detidas em centros não só em Manus, mas também em Nauru, outro estado do Pacífico a quem a Austrália paga para alojar os seus requerentes de asilo.

Ao fazê-lo, procurava não só manter os milhares de pessoas ao largo, longe da vista dos eleitores, mas também manter as centenas de pessoas dentro de uma massa anónima. “A linguagem do Governo australiano sobre os refugiados procurava desumanizar-nos”, diz. “Durante anos, disseram tudo de nós: que éramos criminosos, traficantes de droga, perigosos”, numa mensagem que era ecoada por parte da comunicação social australiana, aponta.

O espaço que Behrouz conseguiu na imprensa, através do seu trabalho e da sua escrita, permitiu-lhe mostrar as condições indignas dos campos de detenção, onde morreram várias pessoas. Mas permitiu-lhe também deixar de ser apenas o prisioneiro MEG45 e passar a ter um rosto e um nome. Foi a partir desse ponto que conseguiu ir contrapondo a linguagem governamental, que se referia sempre a estas instalações que mantinha fora das suas fronteiras como “centros de processamento *offshore*”.

Para o escritor e jornalista, estes lugares são prisões e é assim que a eles se refere nos seus livros e no seu discurso. Além de indesejados, os refugiados que as enchem servem de arma de arremesso política. Neste ponto, volta à ideia de como é difícil de combater a linguagem da desumanização e acrescenta um defeito de base do ecossistema mediático

naquele contexto: “Os *media* confiam sempre nas fontes oficiais”, o que tornava difícil “combater a propaganda”. “Não se pode confiar num governo que claramente enviou estas pessoas para uma ilha para as manter longe da vista e do pensamento.”



Fronteira colonial

Há uma certa ironia que tenha saído do Irão para escapar à detenção pela máquina repressiva do regime e que tenha acabado por ser preso durante seis anos e dois meses por uma democracia, admite. Também por isso, acreditava que podia mudar a percepção pública através da narrativa. “Queria ter um impacto no público australiano, fazê-lo mudar de ideias, fazê-lo perceber a situação em que estávamos, consciencializá-los”, explica.

“Mas, no fim, apercebi-me de que o meu maior impacto não foi no povo australiano, mas nos refugiados, nas pessoas marginalizadas. Não estava consciente disso, mas eu emancipei-os e olho para isso como uma conquista”, prossegue o homem que participou na organização de uma revolta dos detidos em Manus, em Novembro de 2017.

Durante esse período de três semanas, em que cerca de 600 detidos se juntaram ao protesto, as decisões sobre o que fazer foram tomadas por voto, como na democracia que pretendiam alcançar. Foi um momento em que puderam reclamar a sua identidade, os direitos. No fundo, puderam reafirmar a sua condição de seres humanos, como escreveu no seu poema-manifesto *A letter from Manus Island* (Uma Carta da Ilha de Manus).

É que os refugiados são também vítimas, mas são mais do que isso. “A verdadeira mudança não vem se vitimizarmos os refugiados, mas se os olharmos como pessoas”, nota. É um problema de linguagem, não apenas na Austrália, mas no resto do mundo.

Talvez ali, num país que continua sem se reconciliar com o seu passado colonial, essa conversa sobre a linguagem seja particularmente relevante. E difícil. Dias antes de Boochani chegar a Portugal, os australianos tinham rejeitado, em referendo, rever a Constituição para reconhecer os chamados Primeiros Povos.

A herança do passado marca não só os povos que já lá estavam quando chegaram os colonizadores europeus, mas também quem procura refúgio na Austrália. O tratamento aos requerentes de asilo, lembra o escritor, tem raízes na problemática política de emigração adoptada ao longo de grande parte do século XX, que procurou impedir a entrada no país a quem não fosse branco. Oficialmente, a legislação que ainda restava foi abolida em 1973, mas a forma de olhar para a questão, defende Behrouz, não se revoga com tanta facilidade.

Descreve a política fronteiriça de Camberra como “colonial”, mas não vê nela um exclusivo daquela região do planeta. “Estão a fazê-lo também no Reino Unido”, exemplifica, sobre o plano de Londres que tem vindo a ser contestado na justiça e que prevê o envio de migrantes para o Ruanda, mediante pagamento ao Governo daquele país africano. “Quando um país poderoso aborda um país pobre, pagando a alguns políticos corruptos para usar a sua terra como terra de exílio e tortura, parece-me que é um caso muito óbvio de colonialismo”, aponta.

Uma lição

O centro de detenção de Manus foi encerrado em 2019 por uma decisão judicial da Papuásia-Nova Guiné, que o tinha declarado inconstitucional. Então em Port Moresby e com um convite para um festival literário de Christchurch, o escritor viajou para a Nova Zelândia com o apoio de organizações como o ACNUR e a Amnistia Internacional. Ficou pelo país e hoje vive em Wellington.

No final de 2022, Boochani chegou à Austrália, um país onde o escritor jamais poria um pé, garantia, em 2019, o então ministro da Administração Interna Peter Dutton, que é hoje o líder da oposição conservadora. Não só pisou como foi ao Parlamento, em campanha para que o Governo deixasse entrar os candidatos a asilo que estavam ainda detidos ao largo do país.

O Governo já tinha mudado, o Partido Trabalhista assumiu o poder, mas a política de imigração continua a ser restritiva. “O único motivo pelo qual que deram um visto para entrar [no país] foi mandar uma mensagem de que algo tinha mudado. Na verdade, não há uma mudança verdadeira”, diz.

Há ainda 64 pessoas a viver em Port Moresby e à espera de uma solução, após o encerramento das instalações da ilha de Manus. Para as manter lá, o Governo australiano continua a pagar ao seu vizinho do Pacífico.

Mas, por um breve período, pareceu que alguma coisa iria mudar. O Governo australiano foi retirando de Nauru os requerentes de asilo, até que o último viajou para Brisbane, em Junho deste ano. Apesar de vazio, o centro continuou aberto. Poucos meses depois, em Setembro, um grupo de 11 pessoas que tentavam chegar ao país de barco foi colocado na ilha pelas autoridades de Camberra.

Se alguém tentar chegar à Austrália da mesma forma que Boochani tentou, o mais provável é que seja enviado para Nauru. “E isso significa que a Austrália não aprendeu a lição”, lamenta.